

# PSICANÁLISE E GÊNEROS: REFLEXÕES SOBRE AS PRODUÇÕES PSICANALÍTICAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1980-1990

*Marcos Leandro Klipan\**

## RESUMO

Este artigo tem o objetivo de investigar publicações psicanalíticas em diálogo com o tema dos gêneros. Isso porque percebemos que houve um aumento significativo dessas produções nos principais periódicos do mundo a partir do início dos anos 2000. Partimos da hipótese de que as teorias feministas podem ter convocado a Psicanálise a responder as críticas que recebeu nas décadas anteriores. Baseamos nossa pesquisa na metodologia conhecida como historiografia psicanalítica e procedemos com o recorte temporal correspondente aos anos de 1986 a 1997, uma vez que esse período se referiu às primeiras publicações psicanalíticas identificadas nesse aumento de produções já mencionado, mas que ainda não versaram diretamente a um diálogo mais profundamente político.

Palavras-chave: Psicanálise; Gêneros; Historiografia Psicanalítica.

## PSYCHOANALYSIS AND GENRES: REFLECTIONS ON PSYCHO- ANALYTICAL PRODUCTIONS BETWEEN THE 1980s-1990s

### ABSTRACT

*This article aims to investigate psychoanalytical publications in dialogue with the theme of genres. We realize that there has been a significant*

---

\* Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, mestrado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá e doutorado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Assis/SP. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Desenvolve pesquisas nas seguintes temáticas: Psicanálise; Psicopatologia Psicanalítica; Historiografia Psicanalítica; Psicanálise e Gêneros. Coordenador do Laboratório de Estudos, Pesquisas e Extensão em Psicanálise e Gêneros (LEPEPSIG).

*increase in these productions in the main journals since the early 2000s. The hypothesis that feminist theories may have called Psychoanalysis to respond to the criticisms it received in previous decades. We base our research on the methodology known as psychoanalytic historiography and proceed with the time frame corresponding to the years 1986 to 1997, since this period referred to the first psychoanalytical publications identified in this increase in production already mentioned, but which have not yet directly addressed a more deeply political dialogue.*

*Keywords: Psychoanalysis; Genres; Psychoanalytic Historiography.*

## PSICANÁLISIS Y GÉNEROS: REFLEXIONES SOBRE LAS PRODUCCIONES PSICOANALÍTICAS ENTRE LAS DÉCADAS DE 1980-1990

### RESUMEN

*Este artículo tiene como objetivo investigar publicaciones psicoanalíticas en diálogo con el tema de los géneros. Nos damos cuenta de que ha habido un aumento significativo en estas producciones en las principales revistas desde principios de la década de 2000. La hipótesis de que las teorías feministas pueden haber llamado al psicoanálisis para responder a las críticas que recibió en décadas anteriores. Basamos nuestra investigación en la metodología conocida como historiografía psicoanalítica y procedemos con el marco de tiempo correspondiente a los años 1986 a 1997, ya que este período se refirió a las primeras publicaciones psicoanalíticas identificadas en este aumento de producción ya mencionadas, pero que aún no se han abordado directamente Un diálogo político más profundo.*

*Palabras clave: Psicoanálisis; Géneros; Historiografía Psicoanalítica.*

### INTRODUÇÃO

Este artigo pretende investigar as produções psicanalíticas em diálogo com as temáticas de gêneros referentes ao período de 1986 a 1997. Isso porque ele é derivado de uma pesquisa maior que está em curso e que cobre um período mais vasto, de 1986 aos dias atuais. A escolha da temática dessa pesquisa mais ampla ocorreu com os objetivos de se criar um panorama dessas produções e, também, de se ter uma trilha histórica das discussões sobre gêneros realizadas dentro da Psicanálise. Partimos do pressuposto de que as temáticas dos gêneros – realizadas especialmente

pelas Filosofias predominantemente feministas – impuseram importantes críticas especialmente às teorizações freudianas sobre o feminino. Todavia, nos parece que o efeito disso demorou a aparecer, uma vez que, como podemos acompanhar no ritmo das produções psicanalíticas nos mais importantes periódicos da área, houve um aumento das produções dos artigos psicanalíticos apenas a partir de meados dos anos de 1980. Assim, a questão que atravessa a nossa pesquisa maior e o seu primeiro derivado que é este artigo aqui é a de como a Psicanálise reagiu, se movimentou ou respondeu a essas importantes críticas?

Dessa forma, nosso artigo se estrutura metodologicamente de maneira semelhante a nossa pesquisa mais ampla anteriormente citada, ou seja, é uma proposta que se configura como pertencente à *historiografia psicanalítica* (Abrão, 2007; Klipan, 2015). Em nossa pesquisa maior em andamento, o recorte temático se fez a partir do levantamento dos resumos de artigos que aparecem na base de dados SciVerse Scopus, mais conhecida como *Scopus*, com a inserção dos descritores “*psychoanalysis AND gender*”. Esse levantamento inicial indicou a produção de mil cento e um artigos publicados a partir de 1983. Posteriormente, após a leitura desses resumos e seleção dos artigos que realmente faziam o diálogo entre Psicanálise e gêneros, percebemos que essa produção se iniciava a partir do ano de 1986. O ano de 2016 como limite final se deu em função do momento da construção da pesquisa, que foi em 2017 – ainda em curso naquele momento e com produções que ainda não tinham sido publicadas. Colocadas essas balizas, o total de artigos selecionados se reduziu para o número de 173. Esses artigos foram adquiridos a partir do *Portal de Periódicos CAPES/MEC*, lócus fundamental para os pesquisadores brasileiros terem acesso gratuito – importante destacarmos isso – às principais pesquisas realizadas no Brasil e no mundo nas mais variadas áreas de produções científicas. Isso porque esse portal reúne centenas das principais bases de dados de resumos e trabalhos completos de pesquisas científicas realizadas ao longo dos séculos XIX, XX e XXI.

Sabemos que nosso recorte tem diversos limites metodológicos, especialmente no que se referem às produções psicanalíticas. Podemos refletir sobre os principais: 1) apesar de algumas bases de dados, como o *PsychArticles*, cobrirem praticamente todo o período de produção

psicanalítica desde sua criação, muitas revistas científicas não tinham a sua disponibilidade digital como passou a ocorrer principalmente a partir dos anos 2000, época em que a internet se tornou um veículo de comunicação consolidado na maioria dos países. 2) Ainda na atualidade, a Psicanálise não concentra suas produções em veículos predominantemente acadêmicos. Grande parte de importantes produções são feitas a partir de livros ou artigos que não passam pelos trâmites acadêmicos tradicionais, o que faz com que essa produção fique restrita aos pares mais diretamente ligados a esses trabalhos. Essa persistente marginalidade psicanalítica traz, como sabemos, grande liberdade ao seu pensamento, mas, ao mesmo tempo, limita a sua pesquisa como no nosso caso.

Como nos indicam diferentes autores (Laplanche, 2015; Lattanzio & Ribeiro, 2018; Porchat, 2014), apesar da palavra gênero da maneira como a discutimos hoje – falamos de identidade de gênero, por exemplo – não existir no vocabulário alemão de Freud durante a sua produção teórica, sua concepção sobre esse tema é bastante complexa quando da proposição do conceito da sexualidade. Isso porque, apesar do alemão freudiano contar com a palavra *Geschlecht* que significa gênero/sexo ao mesmo tempo, ou seja, de um sexo já sexuado, a escolha desse autor quando propôs seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 2010) é outra. O título no original, como bem discute Laplanche (2015), é *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie*, ou seja, a “*Sexualtheorie* não é uma *Geschlechtstheorie*” (Laplanche, 2015, p. 156, grifo nosso). E qual a diferença que residiria aí?

“O Sexual, para Freud, é pois, exterior ou mesmo anterior à diferença dos sexos, para não dizer, à diferença dos gêneros: ele é oral, anal ou paragenital” (Laplanche, 2015, p. 157). Nesse sentido, o Sexual<sup>1</sup> é a própria ampliação freudiana da sexualidade, ou seja, é a sexualidade perverso-polimórfica do inconsciente, mais ligada à fantasia do que ao objeto. Já *Geschlecht* é da ordem do “sexo sexuado”, da consolidação do gênero pelo sexo.

Sabemos que essa sofisticada proposta freudiana, que contradisse às principais teorias psiquiátricas de sua época referentes à sexualidade, entendia o sexo e a identidade de gênero como tendo uma complexa dinâmica. Para a Psicanálise, então, apesar de ela não reconhecer uma derivação direta entre o gênero e a genitália, como nossa cultura tantas

vezes sustenta, há uma interação fundamental desses no plano das fantasias inconscientes. Para Laplanche, por exemplo, “o Sexual é o resíduo inconsciente do recalque-simbolização do gênero pelo sexo (Laplanche, 2015, p. 155). O resultado disso é o que a Psicanálise tradicionalmente chama de identidade sexual.

O tema dos gêneros propriamente dito e com esse vocábulo surgiu na década de 1950 com os trabalhos do psicólogo e sexólogo estadunidense John Money. Esse autor trouxe esse tema a partir de seus estudos sobre o hermafroditismo e a influência dos fatores biológicos e sociais para a formação dos gêneros (Money, 1955). A ideia era a de investigar qual desses fatores era mais relevante, na construção de um gênero, em situações de ambiguidade genital no nascimento. Apesar desse trabalho ter a concepção patológica de sua época, é interessante destacarmos que se abriu uma importante perspectiva da influência da cultura na constituição psíquica do gênero. Isso porque, para esse autor, na grande maioria dos casos estudados, o papel da criação foi fundamental para a definição dos gêneros se comparado a influência direta das gônadas.

Posteriormente a essas pesquisas, cerca de dez anos mais tarde, Ralph Greenson começou a relacionar e a compreender a formação de gêneros como processos identificatórios (Lattanzio & Ribeiro, 2018). Estudos sobre os *travestismos* e *transexualismos* – termos empregados na época – começaram a ser desenvolvidos. A Psicanálise reapareceu nesse período com o psicanalista Robert Stoller que trabalhava diretamente com Greenson. A principal contribuição de Stoller foi seu famoso conceito, que é empregado ainda hoje, chamado de identidade de gênero nuclear (*core gender identity*). Para Stoller (1993), o núcleo do gênero se formaria antes mesmo da criança ter constituído um *Eu*. Seria uma experiência passiva da criança na sua relação com a mãe. O autor se baseou na concepção etológica do *imprinting* como uma força biológica nessa identificação. Segundo Lattanzio & Ribeiro (2018), essa concepção de Stoller acabaria nos levando, por um lado, a uma dimensão a-conflitual na constituição do gênero; e isso se complicaria ainda mais quando precisamos pensar a constituição do gênero masculino que implicaria numa necessária diferenciação com as identificações iniciais com a mãe. Por outro lado, ao destacar essas primeiras identificações passivas com

a mãe, Stoller contribuiu, apesar de suas lacunas, com reflexões sobre diversos fenômenos das masculinidades que, a partir da perspectiva do primado do falo, tinham suas limitações.

Após esse período, as teorias feministas começaram a trabalhar mais diretamente com essa temática, seja em trabalhos como o de Gayle Rubin (1975), de característica mais antropsociológica, ou mesmo, os mais psicanalíticos como o de Nancy Chodorow (Chodorow, 1978). Esses são apenas dois dos exemplos em que as críticas feministas às concepções mais clássicas da Psicanálise começaram a ser apresentadas mais categoricamente. Todavia, a Psicanálise não respondeu a isso – pelo menos em sua produção mais acadêmica – por quase duas décadas. Isso porque, mesmo os artigos que encontramos e que começaram a tratar mais diretamente sobre essa temática dos gêneros, eles ainda não se apropriavam e trabalhavam com essas discussões de características mais problematizadoras. Ou seja, em nosso levantamento a temática dos gêneros aparece nas principais produções acadêmicas sobre psicanálise a partir de meados de 1980, mas elas se voltam a temas clássicos – como a relação da transferência na masculinidade e/ou feminilidade – ou temáticas superadas como, por exemplo, o tratamento da homossexualidade e sua “reversibilidade”. Dessa forma, entendemos que, apesar da discussão sobre a homossexualidade dizer respeito à orientação sexual e não a identidade de gênero, essas diferenciações se confundem nas teorizações psicanalíticas como bem mostraram de Almeida et al. (2020); o que levou a aparecer essa temática no levantamento realizado apesar dos descritores estabelecidos não se referirem a temas como o da homossexualidade, por exemplo.

Apenas em 1997 é que aparece um artigo como o de Mary Ellis (Ellis, 1997) onde ocorre essa discussão mais crítica em diálogo com o feminismo e as teorias foucaultianas. Vejam, levou-se quase trinta anos para que a Psicanálise ‘desse ouvidos’ às críticas recebidas com relação a uma de suas temáticas centrais e que se referem à constituição do sujeito, como é o caso do tema dos gêneros. Assim, tomando essa mudança paradigmática trazida por esse artigo de 1997 como uma baliza, se comparado aos anteriores, nosso trabalho irá fazer uma reflexão dos 20 trabalhos anteriores a esse período e que correspondem a essa primeira década do que designamos como recorte metodológico de nossa investigação.

## OS TRABALHOS CLÁSSICOS E/OU DE ASPIRAÇÃO PATOLOGIZANTE

Para iniciarmos essa seção, é importante deixarmos claro qual noção de patológico que compreendemos como pertinente à Psicanálise. Segundo Ceccarelli (Ceccarelli, 2005), a compreensão de *psicopatologia* tem um longo percurso histórico e com diferentes concepções ao longo do tempo. A palavra tem origem na Grécia da Antiguidade e é formada pela união dos vocábulos *psychê* + *pathos* + *logos*. O primeiro e o último se transformaram em outros vocábulos que, em português, são razoavelmente claros para a nossa compreensão. Já a noção de *pathos* nos é um pouco distanciada de sua origem. Isso porque, na Antiguidade, ela estava ligada à paixão; ao excesso; ao assujeitamento, ou seja, ao sofrimento.

A invenção freudiana resgataria, então, essa tradição que fora perdida com a criação da Psiquiatria Moderna: um discurso sobre as paixões da alma que nos levam ao seu sofrimento. Isso porque, desde os primeiros tratados psiquiátricos do século XIX, a perspectiva centrada exclusivamente nas causas orgânicas das moléstias mentais se tornou o paradigma da Psiquiatria como a conhecemos (Birman, 1978). Apesar do impacto que a Psicanálise causou nesse fundamento psiquiátrico e da pluralidade de discursos que se formulou para tratar daquilo que passou a ser entendido como *psicopatologia*, os diferentes manuais de classificações produzidos ao longo do século XX, e agora no século XXI, sempre buscaram arrefecer a expansão desse campo que se tornou plural. Segundo Ceccarelli (Ceccarelli, 2005), a representação mais radical dessa proposição psiquiátrica pode ser encontrada a partir do DSM-IV e da CID-10. Esses dois instrumentos buscaram “[...] criar uma nomenclatura única que forneça uma linguagem comum a pesquisadores e clínicos de diferentes orientações teóricas, uma abordagem feita unicamente a partir da observação direta dos fenômenos em questão; um sistema de classificação independente de qualquer apriorismo teórico” (Ceccarelli, 2005, p. 473). A grande problemática dessa abordagem é desconsiderar tanto a subjetividade daquele que é classificado, quanto daquele que classifica, como se fosse possível uma espécie de fenomenologia neutra – o que é, no mínimo, contraditório com a própria Fenomenologia.

Assim, a perspectiva que compreendemos como relacionada ao *pathos* deveria levar em conta essa construção singular do sofrimento psíquico

que deriva do excesso produzido pela pulsão em todo o psiquismo. Todo sujeito, então, fala sempre a partir de seu *pathos*, daquilo que compõe toda a trama de sua fantasia, de seu desejo. Quando nos referimos e utilizamos a expressão *patologizante*, buscamos nos referir às perspectivas que buscam apenas a classificação do efeito do sintoma aparente; que o compreende apenas como reflexo de metabolizações eletroquímicas e, principalmente, desconsideram toda a historicidade do sujeito que sofre. Com isso, a utilização dessa expressão difere radicalmente da proposta de psicopatologia que a Psicanálise traz.

Muitos dos trabalhos que foram produzidos entre os anos de 1986 e 1997 têm essa acepção patologizante. Alguns deles, como o artigo intitulado “The psychoanalytical treatment of ego-dystonic homosexuality”, de Claude Crépault (1995), mesmo sendo de meados da década de 1990, ainda deixam bastante claro de que a homossexualidade é passível e desejável de ser tratada. Proposta que nos trouxe uma grande surpresa, uma vez que a homossexualidade já havia deixado de ser considerada uma doença pela Organização Mundial de Saúde desde 1990.

Antes desse trabalho de Crépault, em 1986, Bleiberg, Jackson & Ross (1986) publicaram “Gender identity disorder and object loss”. Esse trabalho se refere ao atendimento de um menino de seis anos que ocorreu em um hospital infantil e sua internação se deu, entre outros motivos, por aquilo que foi compreendido como um transtorno generalizado em sua identidade de gênero. Isso porque, desde a mais tenra infância, desde que fora adotado, o menino mostrou uma perseverante preferência por elementos femininos. Apesar dos autores não demonstrarem de forma explícita a necessidade de uma modificação na identidade de gênero dessa criança, a conduta de aceitar um tratamento sob essa demanda – ainda mais na forma de uma internação psiquiátrica de uma criança de seis anos! –, deixa quase inquestionável que a homossexualidade e a não-conformidade de gênero eram consideradas problemáticas a receberem intervenções.

O foco dado no artigo por esses autores foi o de intervir e desbloquear as potencialidades do desenvolvimento do menino que – e talvez seja esse um dos pontos que atualmente concordaríamos e daríamos mais atenção –, eram muito inibidas. As que foram destacadas por esses autores podemos pensar que a central residia na sua incapacidade de

autonomia para conseguir se distanciar de seus pais ou cuidadores; uma vez que Jay (nome fictício que foi apresentado no artigo) se mostrava como uma criança extremamente dependente. Dessa forma, a discussão metapsicológica desse atendimento circulou sobre as questões do trauma da perda objetal enfrentada por essa criança. Na compreensão desses autores, haveria uma relação entre as perdas objetais precoces e a construção da identidade de gênero.

Segundo Bleiberg et al. (1986), houve um sucesso nesse atendimento, seja porque o menino conseguiu se tornar mais autônomo em uma série de situações cotidianas e, também, porque houve uma diminuição na sua necessidade de buscar na imagem feminina suas identificações de gênero.

Outro artigo que discute a não-conformidade de gênero/sexo é o trabalho de Max Sugar (1995), intitulado “A clinical approach to childhood gender identity disorder”. Nesse texto, o autor trabalha com a noção de transtorno de identidade de gênero (*gender identity disorder* – *GID*). É um trabalho que toma essa condição de não-conformidade entre gênero/sexo claramente como algo patológico a receber uma intervenção. Esse autor cita o trabalho que apresentamos anteriormente e, de forma mais radical ainda, identifica como causa desse transtorno uma incapacidade psíquica de superar as perdas objetais iniciais: “Eu considerei que seu comportamento transgênero serviu como um objeto de transição, como se lembrasse a mãe com esse comportamento para reduzir sua ansiedade<sup>2</sup>” (Sugar, 1995, p. 269, livre-tradução).

Essa reflexão é derivada do atendimento a um menino de quatro anos que iniciou seu tratamento por conta de uma intensa agressividade na escola em conjunto com atos sexuais contra seus colegas de classe. Além disso, na entrevista com os pais, esses demonstraram uma grande preocupação com o precoce interesse de Pat (nome fictício da criança) com as roupas de sua mãe. Ao longo do tratamento, que durou cerca de 18 meses, os pais da criança se divorciaram. O autor demonstrou que havia uma grande dificuldade de ambos os pais de manterem, com mais rigor, a educação da criança: seja porque a mãe, por conta de seu trabalho, passava muitos dias da semana viajando, ou ainda, porque o pai não conseguia manter sua autoridade para com seu filho, sendo desautorizado frequentemente pela mãe. Os outros irmãos de Pat –

ele tinha mais dois irmãos mais velhos – também tiveram problemas sexuais na escola. Para Sugar (1995), isso estava diretamente ligado a incapacidade desses pais em se apresentarem como figuras de autoridade seguras para a identificação desses filhos. Como resultante, no caso de Pat, toda essa situação doméstica lhe provocara um conflito narcísico que desencadeou seu comportamento transgênero recorrente.

Outros trabalhos que seguem essa perspectiva intervencionista se referem aos que trazem a homossexualidade como problemática. Apesar do gênero não aparecer como protagonista nesses trabalhos, eles serão discutidos aqui porque apareceram como resultantes dos descritores que utilizamos para o levantamento e, principalmente, porque ao trabalharem a temática da homossexualidade, acabavam inevitavelmente abordando questões referentes ao gênero masculino e/ou feminino.

O primeiro deles em ordem cronológica é o artigo de Savin-Williams (1988), intitulado “Theoretical perspectives accounting for adolescent homosexuality”. Como bem descreve o título do trabalho, o autor faz uma revisão teórica sobre as causas da homossexualidade, especialmente no aparecimento na adolescência. Savin-Williams percorre teorias etológicas, biológicas, psicanalíticas e sociais para desenvolver suas contribuições. Em nossa perspectiva, todo esse percurso se faz de maneira bastante superficial.

Com relação especificamente à Psicanálise para fundamentar sua perspectiva, Savin-Williams (1988) fez uma leitura freudiana bastante limitada. Ele se restringiu a pensar a homossexualidade como resultante de um insucesso na resolução edipiana. Além disso, trouxe a perspectiva de que, para alguns psicanalistas como C. W. Socarides (1968, citado por Savin-Williams, 1988), a homossexualidade seria uma necessidade de punição e autodestruição por conta de um senso de inferioridade, vergonha e humilhação nos medos infantis mais primitivos.

O autor chega à conclusão de que a constituição da homossexualidade é bastante complexa e que certamente é formada por questões etológicas, biológicas e sociais. Não chega a propor especificamente qual o tipo de tratamento mais adequado, mas evidencia que a abordagem deveria ser multifatorial, uma vez que a constituição da homossexualidade é causada por várias questões que devem ser consideradas.

O trabalho já citado de Crépault (1995) é bem mais explícito nessa proposta. Esse autor discute aquilo que ele chama de *sexoanálise*, uma técnica/abordagem de sua criação para a reorientação sexual das chamadas *pseudohomosexualidades*. Essas seriam uma espécie de defesa psíquica que o sujeito desenvolveria contra seus desejos heterossexuais que lhe seriam insuportáveis. Haveria, também, possíveis *pseudoheterossexualidades*; sujeitos que se constituiriam como heterossexuais, mas que suas verdadeiras identidades seriam homossexuais. A aposta do tratamento, então, se assentaria na busca de uma identidade sexual mais verdadeira. Do nosso ponto de vista, isso seria muito interessante – afinal, toda análise não se faz buscando essa verdade? – se toda essa proposta não se baseasse nesse *a priori* que restringe todo o tratamento para uma trilha decidida desde o início. Além disso, ao se considerar que a homossexualidade é um resultando deficitário do desenvolvimento, das capacidades de individuação do sujeito, Crépault (1995) entende a heterossexualidade como um ponto final de uma trilha desenvolvimentista a se atingir.

Com relação à temática dos gêneros, esse autor traz a perspectiva que já se consolidara, de que a identidade sexual caminha de maneira distinta à constituição da identidade de gênero. Isso poderia ser visto nas condições de homens bastante afeminados e mulheres hiper masculinas que se tornaram heterossexuais. Contudo, sua proposta de tratamento insiste na possibilidade do que ele entende como uma *recriação de um novo eu erótico*, ou seja, uma espécie de reestruturação do eu para a possibilidade de se suportar a heterossexualidade afastada. Apesar da Psicanálise ser recorrentemente trazida ao longo do artigo, a proposta de Crépault não pode ser considerada psicanalítica. Isso porque, se por um lado a perspectiva da compreensão da homossexualidade é bastante limitada, por outro, os exemplos clínicos trazidos são bem questionáveis com relação a possibilidade de ser um tratamento psicanalítico de fato. Os dois exemplos apresentados se constituem como modelos demasiadamente prescritivos em suas abordagens para compreendermos que a proposta desse autor se tratasse de uma psicanálise.

Outro artigo que se refere a uma perspectiva intervencionista mais explícita é o trabalho de Jordan e Deluty (1995), “Clinical interventions by psychologists with lesbians and gay men”. Neste artigo,

os autores fazem uma discussão sobre os procedimentos empregados por psicoterapeutas com seus pacientes gays e lésbicas. Apesar desse trabalho não fazer uma discussão especificamente psicanalítica, as reflexões trazidas também dizem respeito a um contexto psicanalítico bem semelhante como estamos acompanhando. Jordan e Deluty (1995) apresentaram nesse artigo o resultado de uma pesquisa realizada com 139 psicólogos clínicos sobre suas intervenções; com destaque às tentativas de reversões nas orientações sexuais. Ao longo desse texto, os autores não fazem nenhuma crítica à essa perspectiva reversionista. Há, na verdade, o que poderíamos chamar de uma pseudoneutralidade, uma vez que os autores buscam trazer apenas os resultados dos dados obtidos, isentando-se de comentários mais reflexivos.

Apesar da maioria desses psicólogos entenderem a homossexualidade como não-patológica e não haver necessidade de uma reorientação sexual, uma parte interessante (12,9 %) considerava a homossexualidade como um transtorno. O mais interessante nessa pesquisa de Jordan e Deluty (1995) é que praticamente todos os profissionais que pensavam assim eram formados antes de 1970. Dessa forma, segundo esses autores, haveria uma tendência bem maior desses profissionais mais antigos a usarem terapias chamadas *aversivas* na tentativa de realizarem uma reversão na orientação sexual dos pacientes gays e lésbicas.

Outra subcategoria que pudemos encontrar em nosso levantamento se referem ao que chamamos de *trabalhos clássicos*. Estes, apesar de não terem apresentado nenhuma proposta de intervenção em modificações na dimensão sexo/gênero, são trabalhos que ainda não trazem para suas discussões mais críticas como começaria a ocorrer a partir dos trabalhos mais ao final dos anos de 1990. Dessa maneira, temas importantes como a feminilidade e/ou masculinidade, acabavam sendo discutidos a partir de uma perspectiva que, então, consideramos e chamamos de clássica.

Exemplo disso acontece no artigo de Thomas Freeman (1990), intitulado “Psychoanalytical aspects of morbid jealousy in women”. O autor traz importantes reflexões sobre a dinâmica da inveja, especialmente na sua condição patológica – naquele sentido psicanalítico que discutimos no início de nosso artigo. Como ilustração clínica, Freeman (1990) apresenta e discute o caso de quatro pacientes mulheres. O autor retoma

a clássica discussão da inveja feminina do pênis que Freud (Freud, 1996b, 1996a, 1996d, 1996c) em diferentes momentos já fizera. Freeman (1990) traz ainda uma articulação com a noção kleiniana da inveja (Klein, 2006) ligada à primitivas relações com o seio, o que potencializa sua argumentação e liberaria esse afeto da ligação (essencialista) com o feminino. Contudo, quando mantém ainda no título a dimensão dessa discussão como sendo na mulher, ele inevitavelmente se restringe. Do nosso ponto de vista, seria muito interessante pensar essa dimensão da inveja mais como humana, do que como feminina.

A mesma coisa acontece com o trabalho de Weisstub (1997), “Self as the feminine principle”. Nesse caso específico, é um trabalho junguiano, mas a Psicanálise é trazida para lembrar que, para a teoria freudiana, a libido teria uma natureza masculina. Apesar de Weisstub (1997) trazer uma dimensão mais ampla de *self* – se comparada a autores como os da escola inglesa que notoriamente trazem essa noção para as suas discussões – ao buscar circunscrevê-lo ao feminino, a perspectiva padece da mesma problemática essencialista que a Psicanálise também sofre em muitos momentos.

Dois dos trabalhos que selecionamos fazem reflexões sobre a relação sexo/gênero e a transferência. O primeiro deles é o de Pollack (1990), chamado “Men’s development and psychotherapy: a psychoanalytic perspective”. Esse autor destoa dos trabalhos anteriores. Sua perspectiva já se estrutura de maneira mais crítica e até evoca autoras feministas como Chodorow (1978). Contudo, no geral, ele acaba fazendo uma discussão mais centrada em questões relacionadas às defesas psíquicas. Isso porque, para esse autor, a suposta *autoafirmação* que estaria muito presente nos homens – o autor traz para as suas reflexões o personagem Charlie Babbitt (interpretado por Tom Cruise) no filme *Ray Man* – seria uma espécie de defesa contra a possibilidade de uma vivência de intimidade mais profunda, sentida como ameaçadora.

Apesar de toda uma articulação com autores e autoras de referencial mais crítico dos modelos sociais, essa mesma linha argumentativa não é tecida por Pollack (1990). O que fez com que entendêssemos que seu trabalho seria apresentado nessa seção de nosso artigo.

O outro artigo é o de Diana Dimond (1992), intitulado “Gender-specific transference reactions of male and female patients to the

therapist's pregnancy". O texto discute o incremento da agressividade e da inveja na transferência de pacientes frente à gravidez de suas analistas. Apesar de ser uma temática que consideramos muito interessante – uma vez que a regressão evocada pela análise pode nos levar aos nossos ciúmes mais primitivos, mesmo quando a figura de nossa analista nem cogite uma gravidez –, não conseguimos compreender, em suas discussões, o porquê das especificidades dessa relação transferencial a partir de pacientes homens. Isso porque, como bem discutiu Klein (1996, 1997), a possibilidade da chegada de um irmão se mostra como uma constante ameaça para a criança, marcando-a em suas angústias mais iniciais. E isso, certamente, aparecerá simbolicamente no percurso de nossa análise, sejamos homens ou mulheres.

Além disso, também não ocorre nenhuma reflexão mais crítica com relação aos papéis masculinos e femininos na sua condição e localização sócio-histórica.

## OS TRABALHOS CRÍTICOS E/OU QUESTIONADORES

Nesta seção, como já dissemos, apresentaremos e discutiremos aquelas produções que começam a trazer questões e problematizações com relação às temáticas dos gêneros e das sexualidades. Isso quer dizer que, mesmo que os trabalhos com abordagem e referencial teórico mais sociopolítico passem a aparecer apenas a partir do ano de 1997, algumas dessas produções referentes ao nosso recorte metodológico já têm uma criticidade interessante de ser evidenciada. Faremos, então, duas subdivisões nesta parte do nosso artigo: a primeira buscará discutir os trabalhos que tomam os campos da masculinidade e feminilidade; já a segunda tratará dos trabalhos que fazem reflexões gerais sobre a dimensão gênero/sexo. Começemos por aqueles que abordam a feminilidade.

O primeiro desses artigos é o trabalho de Chessick (1988), "Thirty unresolved psychodynamic questions pertaining to feminine psychology". O autor revisou e questionou as várias teorias sobre a feminilidade construídas pela Psicanálise desde Freud. Questões como a inveja do pênis, o masoquismo feminino, o complexo de Édipo feminino, o medo da perda do amor da mãe etc., estão entre as várias perguntas que o autor

busca em diferentes autores para compreender as diversas teorias sobre a psicologia do feminino proposta pela Psicanálise.

São elencados mais de 30 tópicos; cada um deles, com mais de uma questão, é referenciado com autores que trabalharam cada essas temáticas. Chessick (1988) apenas apresenta, de forma bastante sucinta, a perspectiva teórica de cada autor, sem fazer uma crítica ou qualquer reflexão teórica sobre as teorias trazidas. O trabalho se mostra como uma espécie de sumário geral sobre autores e o tema da feminilidade.

O trabalho de Nancy Kulish (1989), intitulado “Gender and transference: conversation with female analysts”, buscou estudar a relação entre o gênero feminino no estabelecimento da transferência em um tratamento psicanalítico. A autora entrevistou 17 experientes psicanalistas para compreender, a partir de suas perspectivas profissionais, como isso acontecia em suas experiências. Para Kulish (1989), não houve um consenso entre as entrevistadas. Contudo, alguns temas clássicos se repetiram como, por exemplo, o feminino estar mais voltado para o pré-edípiano. Ou seja, essas analistas perceberam que a transferência com elas tendia para um plano mais arcaico da relação. Talvez, por conseguirem encarnar mais facilmente essas fantasias primitivas com a mãe. Isso, ao mesmo tempo, não indicaria uma maior facilidade para o tratamento, pelo contrário. Para essas analistas, essa posição mais arcaica, mais materna, assumida por elas nas relações transferenciais levava a uma dificuldade maior na condução do tratamento.

Kulish (1989) também destaca que essas reflexões sobre a relação de gênero e transferência já havia sido trabalhada por autores como Edward Glover em meados do século XX. Contudo, esse autor havia chegado à conclusão de que seriam necessárias mais pesquisas para se ter uma dimensão melhor sobre isso.

Para Kulish (1989), os pacientes homens não teriam uma tendência maior a desenvolverem uma transferência amorosa com suas analistas.

O tema da relação entre feminilidade e maternagem aparece em dois trabalhos: “Conflicts over selfishness: One aspect of some women’s wish for a baby”, de Diane Barth (1993), e “Reinventing the mother-daughter relationship”, de Janneke van Mens-Verhulst (1995). O artigo de Barth (1993) discute a relação do desejo de ser mãe e a feminilidade. Para essa

autora, apesar de que em nossa cultura exista uma ligação muito forte entre maternidade e a feminilidade, essa conexão não seria muito bem explicada pelas teorias psicanalíticas. Isso porque – e é aí que reside um dos pontos interessantes nas críticas trazidas por Barth (1993) –, haveria uma insistência demasiada da Psicanálise em entender a maternidade exclusivamente ligada às questões genitais; aqui podemos relembrar facilmente, por exemplo, da maternidade como um dos percursos freudianos para a feminilidade. Na experiência de Barth (1993) – a autora ilustra com duas situações clínicas – o desejo de uma mulher em ter um bebê pode ter muitos significados e deve ser compreendido dentro da singularidade de cada mulher. No caso dos exemplos trazidos, o foco circulou no desejo dessas pacientes em poder assumir um lugar altruísta; um feminino que pudesse, também, cuidar e acolher. Isso porque, nas fantasias dessas pacientes, o feminino que fora introjetado era demasiadamente agressivo e perseguidor.

Já o artigo de Mens-Verhulst (1995) não traz uma discussão psicanalítica propriamente dita. Contudo, o trabalho faz uma reflexão interessante sobre a relação mãe-filha e como, na contemporaneidade, especialmente depois das revoluções culturais e sexuais trazidas pelo feminismo, há uma complexidade muito maior nessas relações. A Psicanálise aparece a partir do clássico texto de Chodorow (Chodorow, 1978) para desmistificar a ideia de uma natureza na condição da mulher para ser mãe. Psicanálise e feminismo unidos para deixar bem claro que a maternidade é da ordem do desejo e das relações sociais.

Com relação ao tema da masculinidade, conseguimos encontrar três artigos que trabalharam essa temática. O primeiro deles, em ordem cronológica, é o texto de Jennifer Somerville (1989), “The sexuality of men and the sociology of gender”. A autora, não contente com os limites da sociologia de gênero, buscou na Psicanálise *insights* para uma melhor compreensão das discussões sobre gênero, especialmente sobre a temática da sexualidade masculina.

Segundo essa autora, haveria uma produção muito maior sobre a sexualidade feminina – com o tema da feminilidade, por exemplo –, se comparada à masculina. Isso fez com que esta importante temática passasse por um esmaecimento ao longo dos anos, seja nas discussões sociais sobre

a sexualidade, ou até mesmo na própria Psicanálise. Para Somerville (1989), a sociologia teria se apropriado mal das reflexões psicanalíticas e centrado suas discussões numa sexualidade exclusivamente baseada nas diferenças de gênero, ocultando a principal descoberta psicanalítica que é a sexualidade perverso-polimórfica. Isso poderia ser encontrado, por exemplo, no trabalho de Metcalf e Humphries (1985), intitulado “The sexuality of men” (citado por Somerville, 1989).

Outro trabalhou que discute a masculinidade é “Should Men Treat Women? Dilemmas for the Male Psychotherapist”, de William Pollack (1992). O autor, como está explícito no título, parte de uma pergunta provocativa: os homens deveriam tratar as mulheres na psicoterapia? Isso porque haveria numerosos casos de abusos, mesmo que subnotificados, nas clínicas psicoterápicas. Pollack (1992) retoma autores como Chodorow e Ferenczi para refletir a constituição da masculinidade como um trajeto mais complexo que, por exemplo, Freud havia considerado. Isso porque os meninos precisariam constituir uma desidentificação com feminino – das primeiras relações com a mãe – com muito mais clareza e radicalidade do que as meninas. Isso traria, então, uma incapacidade maior para os homens de retomar aquela feminilidade primária necessária para a posição de intensa alteridade necessária para a função de psicoterapeutas. O autor defende a tese de que essa incapacidade estaria associada aos casos de abuso. Contudo, o autor não quer dizer que isso abonaria o abusador e/ou colocaria a culpa na vítima por ser mulher ao resgatar a mãe dos conflitos inconscientes do terapeuta na sua contratransferência. Pelo contrário, o terapeuta em sua ética teria uma complexidade a mais para levar em conta em sua função: a sua condição masculina que, na nossa cultura, lhe imputa um conflito que precisa ser superado para lhe permitir esse exercício.

É interessante destacar que Pollack (1992) não se furta em responder à questão do título do seu trabalho. Ele acredita que sim, que os homens poderiam atender mulheres; desde que consigam superar os conflitos do âmago de suas identidades.

O terceiro dos artigos que levantamos e que versa sobre a masculinidade é o de Kimmel e Kaufman (1993), “The new men’s movement: Retreat and regression with America’s weekend Warriors”. É um texto que nos traz pouquíssimas discussões psicanalíticas, centrando-se mais em reflexões

sociológicas de um movimento que, contudo, é muito interessante para pensarmos na expressão de um tipo de masculinidade que, especialmente nos últimos anos, foi retomado com grande intensidade em vários discursos políticos das chamadas “extremas direitas”.

Kimmel & Kaufman (1993) fazem uma análise crítica de um movimento masculinista que surgiu nos Estados Unidos no início da década de 1990. Esse movimento se constituía como uma espécie de retiro de final de semana – em regiões mais afastadas das cidades – com o objetivo de retomar as masculinidades perdidas pelo excesso de feminização da sociedade. Esses grupos se baseavam em autores do movimento chamado de *mitopoético*. Esses autores eram considerados verdadeiros gurus para esses grupos, prometendo-lhes curá-los das feridas causadas pelas mães. E isso feito através de rituais na floresta como gritar ou uivar para a lua, ficar nu e abraçar outros homens na mesma situação e desejo.

Os próximos trabalhos que apresentaremos e discutiremos se referem àquela outra subdivisão dos temas que se referem às reflexões mais gerais da dimensão sexo/gênero.

O primeiro desses trabalhos é a publicação de Bergmann (1986), intitulada “Freud’s three theories of love in the light of later developments”. O autor, como está explícito no título de seu trabalho, faz uma discussão sobre o termo amor como tendo três possibilidades teóricas de ser compreendido ao longo da obra freudiana. Assim como o termo sonho, por exemplo, não ser propriamente um conceito e nem mesmo um termo específico da Psicanálise, ele tem um protagonismo inquestionável e inevitável na teorização ou prática dessa ciência. Nesse sentido, para Bergmann (1986), a primeira concepção de Freud sobre o amor estaria ligada à sexualidade infantil; especificamente, ao modelo de amor que experimentaríamos no começo da vida e que iríamos repetir ao longo dela. Bergmann (1986) cita uma passagem dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1905/2010), em que esse protótipo de amor se assentaria na relação do bebê com o seio da mãe. A segunda teorização freudiana se articularia com a descoberta do narcisismo e de sua compreensão da relação de objeto proporcionada pelo ego (o ego enquanto objeto) na tenra infância. A terceira teoria do amor estaria relacionada ao sexo enquanto corrente sexual; ou seja, o amor estaria

intrinsecamente relacionado à vida pulsional. Bergmann (1986) retoma o texto *Instintos e suas vicissitudes* para fazer essa discussão.

O que é mais interessante, depois dessa apresentação das possíveis linhas de compreensão de Freud, é que Bergmann (1986) faz uma retomada de outras possíveis teorias psicanalíticas sobre o amor presentes em psicanalistas contemporâneos a Freud e seus continuadores. Para Bergmann (1986), tanto Freud quanto esses outros autores – por exemplo, Karl Abraham e seu foco nas relações objetais; Reich e seu foco no narcisismo e na política revolucionária – centraram radicalmente o amor em bases genitais. Com isso, a escolha genital para o amor tornou-se passível de ser patologizada e, em consequência, se perdeu a potência que a teoria da sexualidade perverso-polimórfica teria na constituição do amor. Exemplo disso é retomado a partir da citação de Binstock (1973, citado por Bergmann, 1986) que reflete sobre a necessidade vicária existente nas relações heterossexuais de se experimentar todas as possibilidades bissexuais presentes nas fantasias dessa relação. Ou seja, mesmo para um sujeito heterossexual, há sempre a demanda por se colocar ou se pôr em posições homossexuais na sua vida amorosa. Essas posições não são necessariamente atos sexuais em si; dizem respeito mais à dinâmica das fantasias que podem se deslocar para possibilidades infinitas de realizações.

Com isso, para Bergmann (1986) o patológico na vida amorosa se relacionaria muito mais à incapacidade de o sujeito poder experimentar uma fusão amorosa com o outro; de conseguir superá-la e de ter a capacidade integrativa – em um sentido bem kleiniano – de reconhecer e se diferenciar desse outro, mantendo o amor nessa relação. Essa incapacidade, então, poderia estar em sujeitos hetero, homo ou bissexuais. Não seria, então, a genitalidade o norte da bússola no diagnóstico clínico, mas essa incapacidade em ter relações mais integradas.

Mais de dez anos depois, o trabalho de Mendoza (1997), intitulado “Genitality and genital homosexuality: Criteria of selection of homosexual candidates”, buscou fazer uma discussão dos parâmetros da homossexualidade como critério do aceite de candidatas na formação em Psicanálise. Esse artigo, e o que discutiremos em seguida, nos trouxeram uma dimensão de limite, de baliza com relação ao modo como a

Psicanálise estava discutindo a temática de nossa pesquisa. A partir desse ano de 1997, as produções se mostraram, a cada ano, mais intensificadas e mais politizadas.

Para Mendoza (1997), a organização genital da sexualidade não se situaria no objeto, mas na capacidade de sustentar a posição depressiva. Algo bastante semelhante ao que Bergman (1986) havia discutido. O autor parte de uma teorização klein-bioniana para sustentar sua tese: a de que existiria um preconceito por parte dos analistas-didata para aceitarem ou não candidatos homossexuais. Para Mendoza, em muitos casos, esse preconceito partiria dos elementos sádicos e perversos dos próprios analistas-didata.

O autor cita Meltzer para fazer uma crítica incisiva a uma perspectiva freudiana que teria sido mantida por muito tempo nas instituições psicanalíticas. Acompanhemos:

A diferenciação de Freud de fonte, objetivo e objeto na sexualidade infantil parece gritante, se não moralista. Ele eleva a genitalidade heterossexual a uma posição única, como se fosse o único aspecto da sexualidade infantil adequado para sobreviver na vida adulta. O esclarecimento de Abraham sobre a distinção entre relações de objeto parcial e de objeto total enriqueceu a concepção de sexualidade genital, mas não fez nada para alterar a atitude quantitativa e normativa implícita. Em vez de definir claramente o estado de espírito envolvido no relacionamento amoroso adulto, ele tendia a exaltar um ato de coito genital, desenfreado em um campo de preliminares pré-genitais, uma espécie de brasão da aristocracia sexual. (Meltzer, 1979 citado por Mendoza, 1997, p. 385; tradução-livre)<sup>3</sup>.

Dessa maneira, Mendoza (1997) destaca o quanto a Psicanálise, a partir dessa ênfase na genitalidade, teria perdido seu grande potencial que é a sexualidade perverso-polimórfica. Ao balizar a sexualidade humana a partir da genitalidade, expressões como a homossexualidade se tornaram uma espécie de “lata de lixo” para uma série de formulações teóricas mal fundamentadas. Isso porque, para esse autor, a heterossexualidade não seria garantia alguma para uma capacidade psíquica para o exercício da função psicanalítica. Com isso, a homossexualidade sozinha não seria diagnóstico de indicador de possíveis falhas psíquicas como um dia quisera a Associação Internacional de Psicanálise.

Por fim, o último trabalho que selecionamos para o recorte metodológico de nosso trabalho é o artigo de Mary L. Ellis (1997), “Who speaks? Who listens? Different voices and different sexualities”. Essa autora é a primeira a trazer uma discussão articulada com autores que posteriormente se tornam hegemônicos nesse campo. É o caso de Michel Foucault, que aparece nas linhas argumentativas de Ellis para responder a questões sociopolíticas do trabalho clínico.

Ellis (1997) trabalhou seu texto a partir de dois casos de sua experiência clínica. O primeiro foi sobre Gloria (nome fictício), uma mulher negra e lésbica. O segundo foi sobre Derek (nome fictício), um homem branco, *gay* e casado com uma mulher. Para poder compreender melhor esses pacientes, Ellis entendeu que as linhas de tensões desses casos, inevitavelmente, precisam tocar nas questões sócio-políticas de cada singularidade desses sujeitos. Ou seja, a posição de uma mulher negra e lésbica é muitíssimo diferente da de um homem branco em nossa sociedade.

Esse trabalho de Ellis (1997) quase cai em um certo ponto colonialista problemático: quando o colono descobre o óbvio; mas não é isso que acontece. A autora consegue transmitir, com uma sensibilidade muito atenta, todo um percurso necessário para o estabelecimento de um ponto imprescindível em uma relação transferencial, a verdade das posições dissimétricas que se estabelece nesse tipo de relação. E essa dissimetria – e não é o caso de uma assimetria, ou seja, é realmente a existência de duas posições, de duas medidas – acontece, também, nas posições sociais que partimos nas nossas origens psíquicas. Dessa forma, Ellis parece que conseguiu sustentar muito bem isso e, por exemplo, reconhecer e suportar todos os ataques agressivos que Gloria lhe fazia por considerá-la, desde o início do atendimento uma “racista branca do caralho”. E esse é um ponto fundamental para um psicoterapeuta, conseguir suportar esse tipo de ataque agressivo como uma demanda de tratamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Laplanche (2015) nos provoca questionando se a introdução da temática dos gêneros na Psicanálise provocaria um pacto com aqueles que querem o arrefecimento da descoberta freudiana que é o Sexual ou

se, paradoxalmente, não seria uma forma de reafirmar o inimigo íntimo do gênero que é o Sexual?

Tendemos a pensar mais a partir da segunda questão. Isso porque entendemos que o Sexual, enquanto um produto residual da operação simbólica de recalçamento do gênero pelo sexo – da forma como Laplanche nos faz compreender – só pode ser um produto típico de uma determinada cultura. O Sexual, nesse sentido, não é um *a priori* biológico que já está lá, desde sempre, exigindo uma interpretação exata. Pelo contrário, é produto da e na cultura; de algo que perdeu seu sentido e do qual não queremos saber. Não tendo estrutura e nem forma de linguagem, opera por afetação, por sua força enigmática.

Dessa maneira, entendemos que a Psicanálise, enquanto um produto da e na cultura, infelizmente, também trabalhou a serviço do recalçamento em suas tentativas de traduzir o objeto que descobriu. A genitalização da sexualidade pode ser considerada um desses efeitos recalçantes que a Psicanálise não conseguiu evitar e que se repetiu em tantos trabalhos como pudemos acompanhar. Muitas décadas se passaram para que hoje tenhamos mais clareza dos danos que esse tipo de efeito provocou. Revisitar esses caminhos e refletir sobre esses percursos talvez seja uma das formas para melhor lidarmos com esse estrangeiro que nos habita que é o Sexual. É bom sempre estarmos avisados.

## REFERÊNCIAS

- Abrão, J. L. F. (2007). Por um modelo metodológico de historiografia em Psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, XX(189), 5–16.
- Barth, F. D. (1993). Conflicts over selfishness: One aspect of some women's wish for a baby. *Psychoanalytic Psychology*, 10(2), 169–185. <https://doi.org/10.1037//0736-9735.10.2.169>
- Bergmann, M. S. (1986). Freud's three theories of love in the light of later developments. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 36(3), 653–672.
- Birman, J. (1978). *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Edições Graal.
- Bleiberg, E., Jackson, L., & Ross, J. (1986). Gender Identity Disorder and Object Loss. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 25(1), 58–67. [https://doi.org/10.1016/S0002-7138\(09\)60599-9](https://doi.org/10.1016/S0002-7138(09)60599-9)
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ceccarelli, P. (2005). O sofrimento psíquico na perspectiva da Psicopatologia Fundamental. *Psicologia Em Estudo*, 10(3), 471–477.
- Chessick, R. D. (1988). Thirty unresolved psychodynamic questions pertaining to feminine psychology. *American Journal of Psychotherapy*, 86–95.
- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering*. University of California Press.
- Crépault, C. (1995). The sexoanalytical treatment of ego-dystonic homosexuality. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 21(2), 116–126. <https://doi.org/10.1080/00926239508404390>
- de Almeida, P. T., de Castro, M. F., & Ribeiro, S. D. (2020). Teorizar, repetir e patologizar: a leitura psicanalítica sobre as homossexualidades e transexualidades. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23(1), 77–98. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020V23N1P77.6>
- Diamond, D. (1992). Gender-specific transference reactions of male and female patients to the therapist's pregnancy. *Psychoanalytic Psychology*, 9(3), 319–345. <https://doi.org/10.1037//0736-9735.9.3.319>
- Ellis, M. L. (1997). Who speaks? Who listens? Different voices and different sexualities. *British Journal of Psychotherapy*, 13(3), 369–383. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0118.1997.tb00323.x>

- Foucault, M. (2015). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freeman, T. (1990). Psychoanalytical aspects of morbid jealousy in women. *British Journal of Psychiatry*, 156(Jan.), 68–72. <https://doi.org/10.1192/bjp.156.1.68>
- Freud, S. (1996a). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - Jayme Salomão, trad. vol. XIX*. Editora Imago. (Originalmente publicado em 1924)
- Freud, S. (1996b). A organização genital infantil (uma interpolação da teoria da sexualidade). In S. Freud (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - Jayme Salomão, trad. vol. XIX*. Editora Imago. (Obra originalmente publicada em 1923)
- Freud, S. (1996c). Conferencia XXXIII – Feminilidade. In S. Freud (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - Jayme Salomão, trad. vol. XXII*. Imago. (Originalmente publicado em 1933)
- Freud, S. (1996d). Sexualidade feminina. In S. Freud (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - Jayme Salomão, trad. vol. XXI: Vol. XXI*. Editora Imago. (Originalmente publicado em 1931)
- Freud, S. (2010). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras completas* (Ed.), (Paulo César de Souza, trad., vol. 6) (pp. 13–154). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1905)
- Jordan, K. M., & Deluty, R. H. (1995). Clinical interventions by psychologists with lesbians and gay men. *Journal of Clinical Psychology*, 51(3), 448–456. [https://doi.org/10.1002/1097-4679\(199505\)51:3<448::AID-JCLP2270510321>3.0.CO;2-8](https://doi.org/10.1002/1097-4679(199505)51:3<448::AID-JCLP2270510321>3.0.CO;2-8)
- Kimmel, M. S., & Kaufman, M. (1993). The new men's movement: Retreat and regression with America's weekend warriors. *Feminist Issues*, 13(2), 3–21. <https://doi.org/10.1007/BF02685732>
- Klein, M. (1996). Estágios iniciais do complexo de edipiano. In *Edição Brasileira das Obras Completas* de Melanie Klein (Ed.), (André Cardoso, Trad., vol. I). Editora Imago. (Obra originalmente publicada em 1928)

- Klein, M. (1997). A psicanálise de crianças. In *Edição Brasileira das Obras Completas* de Melanie Klein (Ed.), Liana Pinto Chaves, trad., vol. II. Editora Imago. (Obra originalmente publicada em 1932)
- Klein, M. (2006). Inveja e gratidão. In *Edição Brasileira das Obras Completas de Melanie Klein* (Ed.), (Belinda H. Mandelbaum; Maria Elena Salles de Brito; Octávio L. de Barros Salles; Maria Tereza B. Marcondes Godoy; Viviana S. S. Starzynski e Wellington Marcos de Melo Dantas, tradutores., vol III). Editora Imago.
- Klipan, M. L. (2015). *Noção de feminilidade em Melanie Klein: subjetivações para além de um registro fálico.*
- Kulish, N. M. (1989). Gender and transference: conversation with female analysts. *Psychoanalytic Psychology*, 6(1), 59–71.
- Laplanche, J. (2015). O gênero, o sexo e o Sexual. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiana* (pp. 154–189). Dublinense.
- Lattanzio, F. F., & Ribeiro, P. de C. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica*, 30(3), 409–425.
- Mendoza, S. (1997). Genitality and genital homosexuality: Criteria of selection of homosexual candidates. *British Journal of Psychotherapy*, 13(3), 384–394. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0118.1997.tb00324.x>
- Mens-Verhulst, J. van. (1995). Reinventing the mother-daughter relationship. *American Journal of Psychotherapy*, 49(4), 526–539.
- Money, J. (1955). Hermaphroditism, gender, and precocity in hyperadrenocorticism: psychologic findings. *Bulletin of the Johns Hopkins Hospital*, 96, 253–264.
- Pollack, W. S. (1990). Men's development and psychotherapy: A psychoanalytic perspective. *Psychotherapy*, 27(3), 316–321.
- Pollack, W. S. (1992). Should Men Treat Women? Dilemmas for the Male Psychotherapist. *Ethics & Behaviour*, 2(1), 39–49.
- Porchat, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler.* Juruá.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women: notes on the political economy of sex. In R. Reiter (Ed.), *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press.
- Savin-Williams, R. C. (1988). Theoretical perspectives accounting for adolescent homosexuality. [Review] [80 refs]. *Journal of Adolescent Health Care*, 9(2), 95–104.

- Somerville, J. (1989). The sexuality of men and the sociology of gender. *The Sociological Review*, 37(2), 277–307.
- Stoller, R. (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Artes Médicas.
- Sugar, M. (1995). A clinical approach to childhood gender identity disorder. *American Journal of Psychotherapy*, 49(2), 260–281.
- Weisstub, E. B. (1997). Self as the feminine principle. *Journal of Analytical Psychology*, 42(3), 425–458. <https://doi.org/10.1111/j.1465-5922.1997.00425.x>

## NOTAS

- <sup>1</sup> O termo Sexual, em maiúsculo, como bem destaca a tradutora Vanise Dresch, foi uma opção para dar conta desse neologismo laplanchiano, uma vez que em francês existe o adjetivo *sexuel* (sexual). Dessa maneira, ao apresentar a palavra Sexual com a inicial maiúscula, os tradutores se referem ao *sexual* proposto por Laplanche que se diferencia do *sexuel* (ou do nosso sexual, em português) da linguagem comum e não psicanalítica.
- <sup>2</sup> No original: “I considered that his cross-gender behavior served as a transitional object as if recalling mother by this behavior to reduce his anxiety”.
- <sup>3</sup> No original: “Freud’s differentiation of source, aim and object in infantile sexuality seems stark if not moralistic. He elevates heterosexual genitality to a unique position, as if it were the only aspect of infantile sexuality fit to survive into adult life. Abraham’s clarification of the distinction between part and whole object relations enriched the conception of genital sexuality but did nothing to alter the quantitative and normative attitude implied. Instead of clearly defining the state of mind involved in the adult love relationship, it tended to exalt an act of genital coitus, rampant on a field of pregenital foreplay, a sort of coat of arms of the sexual aristocracy”.